

# Unidade 6

## Intersetorialidade

# Intersetorialidade

## OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:

Discutir sobre a importância da atuação intersetorial com enfoque na saúde do escolar.

Para finalizar esse primeiro módulo vamos falar de um assunto que esteve presente em todas as unidades anteriores: a intersetorialidade! **Você consegue lembrar? Bem vagamente?** Não se preocupe! Vamos fazer um “resumão” da intersetorialidade e tentar facilitar sua prática de trabalho diária!

Vamos do começo! **O que é intersetorialidade?** É “...a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos. No campo da saúde, pode ser entendida como uma forma articulada de trabalho que pretende superar a fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na saúde da população” (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014).

A intersetorialidade também pode ser entendida como um “modo de gestão desenvolvido por meio de processo sistemático de articulação, planejamento e cooperação entre os distintos setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para intervir nos determinantes sociais” (BRASIL, 2012).

Essa segunda definição de intersetorialidade está no “Glossário temático: promoção da saúde”, publicado em 2012 pelo Ministério da Saúde. O documento também traz algumas notas que nos ajudam a compreender melhor esse termo:

- I) A intersetorialidade tem como princípios a corresponsabilidade, a cogestão e a coparticipação entre os diversos setores e políticas em prol de um projeto comum.
- II) Prática social construída para enfrentar os limites da cultura organizacional, marcada historicamente por ações isoladas e setorializadas onde os serviços, produtos e ações são ofertados separadamente. Constitui-se em estratégia, articulada entre saberes e práticas, que busca a convergência entre recursos humanos, financeiros, políticos e organizacionais.
- III) Implica no estabelecimento de relações de poder horizontais, exigindo processos de pactuação para enfrentamento de conflitos e problemas (BRASIL, 2012a).

Diante do exposto e olhando para a realidade de vocês, pode parecer que a intersetorialidade é complexa e muito difícil de acontecer. Já que representa uma quebra de cultura organizacional e exige a junção de saberes que vêm sendo cada dia mais fragmentados. Porém, se pensarmos que ela depende basicamente do encontro e da articulação entre pessoas, já simplifica e facilita não é mesmo?!

Outro ponto favorável é que a intersetorialidade já faz parte das políticas públicas, é inclusive apontada como a chave para o bom funcionamento das mesmas. **Vamos lembrar a intersetorialidade nas políticas e programas apresentados nas unidades anteriores?**

### Intersetorialidade no PNAE

No Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a intersetorialidade se apresenta desde a sua composição até a avaliação da sua execução e o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Segundo a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 art. 5º: Participam do PNAE (BRASIL, 2013):

1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE,
2. A Entidade Executora (EEx),
3. O Conselho de Alimentação Escolar – CAE e
4. A Unidade Executora.

Outra importante forma de articulação, e que aproxima o FNDE das EExs, são os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE). O CECANE é fruto de uma parceria iniciada a partir de 2007 entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior. Ele foi instituído pela publicação da Portaria Interministerial nº 1.010/2006 e da Resolução CD/FNDE nº 38/2009. Atualmente há dezesseis centros recebendo financiamento do FNDE espalhados pelo Brasil, sendo um deles junto a Universidade Federal de Santa Catarina.

O CECANE – SC está dividido em três subcoordenações (DAS NEVES, 2018).:

- 1) Avaliação e Monitoramento:** responsável por realizar assessoria aos municípios catarinenses, acompanhar colaboradores do FNDE em visitas de monitoramento, apoiar tecnicamente os Conselhos de Alimentação Escolar, além de assessorar e monitorar a gestão estadual do PNAE.
- 2) Educação Permanente:** responsável por realizar formações específicas para nutricionistas ou para os demais atores sociais, bem como os Encontros Catarinenses de Alimentação Escolar – os ENCAEs.
- 3) Pesquisa:** realiza investigações sobre temas que buscam aprimorar a execução do PNAE, como: acompanhamento da Lei das Cantinas Escolares; avaliação dos Conselhos de Alimentação Escolar; utilização de gêneros da Agricultura Familiar e de Orgânicos na alimentação escolar; e avaliação da Gestão do PNAE.

Os CAEs, também são um importante exemplo de intersetorialidade, já que devem contemplar pessoas de diferentes setores da sociedade e do governo. **Você lembra qual deve ser a composição desse conselho?** Segundo a Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, o CAE tem a seguinte composição:

## Módulo 1- Unidade 6

- I - um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
- II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
- III - dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a Entidade Executora (EEx.), indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e
- IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata (BRASIL, 2013).

As ações intersetoriais supracitadas estão claramente definidas nas legislações e atreladas ao repasse de recursos, por isso elas acontecem independentemente da vontade das pessoas. Isso é prova de que talvez você já esteja trabalhando de forma intersetorial!

### E as ações de EAN?

Essas sim dependem da articulação entre as pessoas!

**Definição:** Como apresentado no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, de 2012: *“Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”* (Brasil, 2012b)

Então, adotando esse conceito, não há EAN se não houver intersetorialidade! Talvez você tenha conhecido ações promotoras da alimentação saudável com uma perspectiva diferente. Até o lançamento de Marco de Referência muitas ações eram realizadas de forma pontual, por profissionais específicos, com foco nos nutrientes e um caráter mais culpabilizador do que emancipatório. Felizmente, agora todos os profissionais podem ter acesso a esse material e desenvolver ações mais eficazes na promoção da saúde e na garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

**Ficou com vontade de saber mais?** O terceiro módulo desse curso vai contar tudo que você precisa saber! Aguarde!

### Intersetorialidade na PNAN

Na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) a intersectorialidade está na sua criação, em seus princípios e diretrizes.

Ao lembrar os anos que antecederam a criação dessa política podemos ver que ela só se tornou viável quando a alimentação passou a ser entendida com um determinante social da saúde. Desta forma, a PNAN tem um caráter transversal, já que se articula com as políticas e sistemas relacionados a Segurança Alimentar e Nutricional ao mesmo tempo que está abrigada nos sistemas e políticas de saúde.

Essa transversalidade é de suma importância para a garantia do DHAA, tendo vista a complexidade da alimentação adequada e saudável, e o reflexo direto que a mesma tem sobre a saúde da população.

#### Você lembra dos princípios dessa política?

São eles: alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; respeito a diversidade cultural e alimentar; fortalecimento da autonomia dos indivíduos; **determinação social e a natureza interdisciplinar e intersectorial da alimentação e nutrição**; e a segurança alimentar e nutricional com soberania.

Além desses a PNAN também se orienta pelos princípios do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e hierarquização, e participação popular.

Como estamos ressaltando a intersectorialidade das políticas, vale recordar o princípio que fala sobre isso.

**“Determinação social e a natureza interdisciplinar e intersectorial da alimentação e nutrição”:**  
O conhecimento das determinações socioeconômicas e culturais da alimentação e nutrição dos indivíduos e coletividades contribui para a construção de formas de acesso a uma alimentação adequada e saudável, colaborando com a mudança do modelo de produção e consumo de alimentos que determinam o atual perfil epidemiológico. A busca pela integralidade na atenção nutricional pressupõe a articulação entre setores sociais diversos e se constitui em uma possibilidade de superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais e institucionais, de modo a responder aos problemas de alimentação e nutrição vivenciados pela população brasileira (BRASIL, 2012c).

Esse princípio nos remete novamente a complexidade da alimentação e nutrição. Vamos dar um exemplo para você compreender porque é preciso uma ação intersectorial para modificar a realidade atual.

### NA PRÁTICA

Digamos que você, profissional da saúde ou da educação, se depare com um adolescente obeso e anêmico. De início você pode simplesmente pensar que ele come muitos alimentos ultraprocessados (salgadinhos, biscoitos, refrigerante) e que não pratica atividade física. Certo? Bem, talvez seja isso que aconteça. Porém, se você investigar mais a fundo, pode descobrir outras questões. Essa família pode estar em vulnerabilidade social, vivendo em condições de moradia muito precárias e tendo que sobreviver com muito menos do que um salário mínimo. Dessa maneira a mãe, vai ao mercado e compra alimentos que são baratos e “enchem a barriga” como chá mate, açúcar, biscoitos água e sal e de maisena. Esses alimentos são calóricos e nada nutritivos, podendo levar a obesidade e a anemia se consumidos como base da alimentação. Essa mesma mãe, pode ter medo de deixar seus filhos brincarem na rua, já que vivem em comunidade comandada pelo tráfico de drogas. Como a casa é pequena, não tem quintal, nem uma área próxima segura, os adolescentes acabam ficando na frente da televisão.

Esse é só um exemplo das infinitas possibilidades que levam a um quadro de obesidade e anemia. **Você percebeu como ele se tornou complexo quando olhamos mais a fundo?** E mesmo que fosse só o consumo de alimentos ultraprocessados teríamos que considerar a renda da família, o entendimento dela sobre o que é uma alimentação saudável e adequada, a importância social de consumir alimentos que tem propaganda na televisão e outras mídias, a oferta e disponibilidade de alimentos no território e muitos outros fatores.

Se tivermos esse olhar sobre cada caso que encontramos veremos que precisamos de parceiros, ou seja, da intersectorialidade para conseguir intervir nos determinantes sociais.

A necessidade da intersectorialidade também está presente nas diretrizes da PNAN. São elas: **Organização da Atenção Nutricional; Promoção da Alimentação Adequada e Saudável;** Vigilância Alimentar e Nutricional; Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; Participação e Controle Social; Qualificação da Força de Trabalho; Controle e Regulação dos Alimentos; Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; **Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional.** **Vamos ver as linhas de ação que falam claramente da intersectorialidade?**

**Organização da Atenção Nutricional:** a atenção nutricional compreende os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos. Essa diretriz descreve os aspectos que devem ser considerados em cada nível de atenção à saúde, bem como as ações que devem ser realizadas de forma intersectorial considerando as necessidades de cuidado individuais e coletivas.

**Promoção da Alimentação Adequada e Saudável:** a alimentação adequada e saudável no contexto da PNAN é compreendida como uma alimentação apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos e da coletividade, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Esse item traz estratégias para a promoção da alimentação saudável e adequada e enfatiza a importância da intersectorialidade para a efetividade das ações.

**Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional:** A garantia de SAN para a população, não depende exclusivamente do setor saúde, mas este tem papel essencial no processo de articulação intersetorial. Essa linha de ação ressalta a importância da intersetorialidade e elenca ações que dependem dessa articulação (BRASIL, 2012c).

A organização da atenção nutricional e a promoção da alimentação adequada e saudável vão ao encontro do exemplo supracitado. Já na cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional, podemos ir um pouco além.

Essa linha de ação ressalta a importância da *“interlocução com os setores responsáveis pela produção agrícola, distribuição, abastecimento e comércio local de alimentos visando o aumento do acesso a alimentos saudáveis e adequados.”* Levanta também a necessidade de *“articulação com a vigilância sanitária para a regulação da qualidade dos alimentos processados e o apoio à produção de alimentos advinda da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais, integradas à dinâmica da produção de alimentos no país”* (BRASIL, 2012c).

### Intersetorialidade no PSE

Falar do Programa Saúde na Escola é falar de intersetorialidade, já que o programa possui integração e articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde. Nele devem ser inseridos os profissionais da educação e demais atores da comunidade escolar, e as equipes de saúde, desde os agentes comunitários até os médicos. Esse é um programa interministerial, por envolver os Ministérios da Saúde e da Educação.

Como a intersetorialidade é a base do programa, vamos encontrá-la descrita na Portaria nº 1.055, de 25 de abril de 2017, em vários momentos, como por exemplo nos objetivos e diretrizes.

O artigo 2º da portaria supracitada apresenta os sete principais objetivos do PSE:

- I - promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- II - articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública**, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e a suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- III - contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
- IV - contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- V - fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- VI - promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde**, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e
- VII - fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo (BRASIL, 2017).

## Módulo 1- Unidade 6

Esses objetivos ressaltam a intersetorialidade em diferentes níveis. Quando fala da articulação entre os sistemas de saúde e educação, envolve as esferas estaduais e municipais. Já quando cita promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, está integrando a nível local e territorial. Ou seja, desde a pactuação até as ações em cada unidade escolar deve haver intersetorialidade.

As diretrizes para a implementação do PSE também trazem essa visão. São elas: *I. descentralização e respeito à autonomia federativa; II. integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde; III. territorialidade; IV. interdisciplinaridade e intersetorialidade; V. integralidade; VI. cuidado ao longo do tempo; VII. controle social; e VIII. monitoramento e avaliação permanentes* (BRASIL, 2017).

Se recordarmos as duas etapas do PSE, adesão e ciclo, veremos que a intersetorialidade é a base para qualquer atividade e sem ela não é possível nem a pactuação entre o município e o Estado.

Na etapa de adesão, que consiste na pactuação entre os secretários municipais da saúde e da educação com os Ministérios responsáveis pelo programa, cada município deve criar um **Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) do PSE**. O GTI-M deve ser composto por profissionais de ambas as áreas, com o intuito de implementar e acompanhar a execução do programa ao nível local. Nesse processo serão delimitadas as escolas, as equipes de saúde e as ações que deverão ser realizadas durante o primeiro ano de ciclo do PSE no município. Ou seja, se não houver profissionais de diferentes setores sentados juntos definindo as melhores estratégias para seu município não será possível a execução do programa.

Quando entramos no ciclo do PSE, inicia-se o planejamento das ações que serão realizadas em cada unidade escolar. Para tal, deverão ser criados grupos intersetoriais. Estes por sua vez, serão compostos por representantes das equipes de saúde da atenção básica e das escolas, estudantes e pessoas da comunidade, que com o apoio do GTI-M, devem se reunir e elaborar estratégias a nível territorial.

Esta intersetorialidade é fundamental! Pois o planejamento das ações do PSE deve contemplar: o contexto escolar e social e o diagnóstico local em saúde do escolar. Além disso, deve considerar diferentes indicadores, como: evasão escolar, violência (dentro e fora da escola), motivos da baixa frequência, se a escola é prioritária na adesão ao PSE, as doenças mais prevalentes, entre outros.

Apesar de termos falado somente de políticas e programas da Saúde e da Educação, citamos alguns outros setores, como a Agricultura e o Desenvolvimento Social que abriga as políticas e programas específicos de SAN. Além deles ainda podemos considerar outras instâncias como parceiras na garantia da DHAA, como os ministérios: dos Direitos Humanos, da Cultura, do Trabalho, do Transporte e da Ciência e Tecnologia.

Articular todos esses setores talvez possa ser visto como uma dificuldade, pois implica em dialogar com diferentes saberes, e exige clareza de objetivos e empatia para escutar e compreender a atuação de cada profissional.

**Mas, se mudarmos o foco dessa percepção, será que as limitações podem ser vistas como potencialidade?**

## Módulo 1- Unidade 6

Nós acreditamos que sim! Pois a responsabilidade de atuar em algo tão complexo como a alimentação e nutrição passa a ser dividida e potencializada com a união de forças! Outro aspecto diferencial da ação intersetorial é que quando se planeja com diversos profissionais e serviços, consegue-se chegar mais longe! Pois se permite pensar em estratégias de ação, em metas a serem alcançadas, em formas de monitoramento e avaliação.

A intersetorialidade é importante na resolução de situações que precisam ser melhoradas, pois com ela cada setor ou profissional poderá atuar dentro de suas próprias potencialidades, desenvolvendo ações inseridas em sua cartela de atuação. Ao mesmo tempo, sua atuação será complementada com ações realizadas por outro setor ou profissional, capitalizando assim, recursos que deem conta da complexidade.

### **Vamos ver mais um exemplo da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas?**

A implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), junto a rede hospitalar do SUS, é um ótimo exemplo! Essa articulação visa promover a doação e aquisição de produtos da agricultura familiar para a produção de refeições hospitalares por meio da articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Outros exemplos de ações de natureza tipicamente intersetorial são:

- 1) A regulamentação da rotulagem nutricional dos alimentos, para garantir o acesso à alimentação adequada a pessoas com necessidades alimentares especiais;
- 2) A restrição da publicidade de alimentos não saudáveis, especialmente aqueles voltados para o público infantil, que é reconhecidamente mais vulnerável às estratégias de marketing;
- 3) A regulamentação da quantidade máxima de sal nos alimentos industrializados, que devem gerar um impacto na promoção da saúde de indivíduos, sendo um importante fator de prevenção da hipertensão arterial;
- 4) A oferta de refeições nos ambientes de trabalho, que proporcionem aos trabalhadores uma alimentação adequada e saudável e promovam a saúde dos mesmos.
- 5) O incentivo à produção de frutas e hortaliças que aumenta a produção e possibilita a oferta a preços mais acessíveis desses produtos à população em geral;
- 6) As políticas fiscais diferenciadas para a taxa de impostos para alimentos in natura e ultraprocessados como uma maneira de incentivar o consumo de alimentos adequados e saudáveis deixando-os mais acessíveis;
- 7) Medidas de planejamento urbano para que estimulem a prática de atividade física, outro aspecto promotor da saúde; e
- 8) As campanhas de esclarecimento usando os meios de comunicação em massa, especialmente aquelas que discutem os aspectos relacionados à alimentação e nutrição de maneira ampliada.

Apesar de termos citado só algumas ações, já dá para perceber que elas existem e acontecem diariamente ao nosso redor! Essas e outras ações podem ser potencializadas com a articulação entre as agendas e os conselhos das políticas públicas fortalecendo assim, a promoção da saúde e a garantia do DHAA.

## CONCLUSÃO

---

Nessa unidade de aprendizagem nos aprofundamos sobre os conceitos de intersetorialidade e sua aplicação no seu campo de prática. Ressaltamos que intersetorialidade está implícita no campo da Alimentação e Nutrição e, portanto, está explícita nas principais políticas públicas que garantem a segurança alimentar e nutricional no país. Por fim exemplificamos formas de ampliar a intersetorialidade no seu campo de atuação.

Sente-se mais encorajado a trabalhar de forma intersetorial? Esperamos que sim!

## Referências Bibliográficas

---

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. Glossário temático: promoção da saúde / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 48 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. Portaria nº 1.055, 25 de abril de 2017a. Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055\\_26\\_04\\_2017.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html). Acesso em: 03/05/2018.

DAS NEVES, Janaina. Formação de Nutricionista para Atuação no PNAE. Módulo Introdução. CECANE – SC. 2018.

## Materiais Complementares

---

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4331.pdf>

[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742011000400004](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742011000400004)

<https://www.youtube.com/watch?v=qw8MTESGhyM>